de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 31 de Março de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Decreto n.º 15:326

Tendo em consideração o que representou a comissão administrativa da Junta de Freguesia de Fragoso, concelho de Barcelos, distrito de Braga, para ser autorizada a alienar terrenos baldios que possui, para com cujo produto proceder à construção de um edificio destinado à instalação das duas escolas officias;

Atendendo a que parte dêsses baldios podem ser destinados à agricultura, contribuindo assim para o melhoramento das condições económicas da freguesia;

Considerando que as escolas officias se acham instaladas em casas particulares, sem condições higiénicas e pedagógicas, sendo portanto necessária e urgente a construção de um edificio que reúna aquelas condições;

Tendo em vista as informações favoráveis prestadas pelo governador civil do distrito de Braga;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a comissão administrativa da Junta de Freguesia de Fragoso, concelho de Barcelos, distrito de Braga, a alienar, independentemente no disposto nas leis de desamortização, os terrenos baldios que julgar necessários para ocorrer às despesas com a construção de um edificio próprio para a instalação das duas escolas officias daquela freguesia.

§ único. Não são abrangidos por êste artigo os terrenos baldios relativamente aos quais exista qualquer contestação nos tribunais.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, em 7 de Abril de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Portaria n.º 5:303

Atendendo a que é necessário garantir o ingresso dos funcionários das extintas administrações dos concelhos nos lugares das câmaras municipais que, nos termos do decreto n.º 14:812, lhes foram destinados;

Considerando que tem sido dificultada a entrada para os lugares de tesoureiros municipais aos secretários das

extintas administrações com a exigência de cauções superiores às receitas arrecadadas anualmente;

Considerando que é necessário regular o assunto sem quebra de garantia para as câmaras, mas de molde a assegurar a colocação dos adidos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, determinar o seguinte:

1.º As cauções a exigir aos funcionários das extintas administrações dos concelhos que ingressarem nas câmaras como tesoureiros não poderão exceder as que tinham sido prestadas pelos serventuários anteriores dos respectivos corpos.

2.º A câmara pode providenciar no sentido de o tesoureiro não ter normalmente à sua guarda importância superior à caução.

3.º Os serventuários das extintas administrações dos concelhos que não tenham assumido os cargos de tesoureiro municipal por não poderem prestar a caução exigida, em virtude do seu montante exagerado, estão ainda a tempo de o fazer, uma vez que prestem a caução resultante do n.º 1.º desta portaria.

Paços do Governo da República, 3 de Abril de 1928.—O Ministro do Interior, *José Vicente de Freitas.*

Direcção Geral da Segurança Pública

Decreto n.º 15:327

Convindo melhorar, quanto possível, os serviços policiaes e sendo a forma mais eficaz de os aperfeiçoar ministrar ao respectivo pessoal instrução literária e profissional;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições;

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São criadas nas corporações da policia de segurança pública de Lisboa e Pôrto escolas, que se denominarão «Centrais», nas quais serão ministrados cursos de habilitação literária e profissional aos guardas, cabos e chefes da corporação.

Art. 2.º Em cada uma das escolas centrais a que se refere o artigo anterior haverá um director, nomeado de entre os comissários de divisão, um professor de reconhecida competência para a instrução literária, nomeado sob proposta do comandante da corporação, com categoria equivalente à de chefe, dois professores para a instrução profissional, escolhidos de entre os chefes, e os monitores precisos, escolhidos de entre os cabos.

§ único. O professor de instrução literária terá vencimento igual ao de chefe, os professores de instrução profissional perceberão a gratificação mensal de 60\$ e os cabos monitores a de 30\$.

Art. 3.º Para ocorrer às despesas de organização o funcionamento das escolas é criado o Fundo de instrução, constituído pelo desconto de 50 por cento dos vencimentos das praças que, além das licenças a que têm direito pelo regulamento em vigor, solicitem mais licença até dez dias em cada ano, denominando-se esta: «Licença a beneficio da instrução».

Art. 4.º Pelos comandantes das policias de segurança pública de Lisboa e Pôrto será elaborado o respectivo regulamento, no qual se mencionarão as matérias a professorar nos cursos e as atribuições do pessoal instrutor

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com